

Graduação	Nome	Número mecanográfico	Nota final
807.º	Rui Martins Fernandes	47186	10,00
807.º	Rosa Teresa Pais Amante Figueiredo	34453	10,00
807.º	Rosária Lucinda Ramalho Ramos Pinto	25946	10,00

25 de maio de 2016. — A Diretora de Serviços, *Eva Pinto Jorge*.
209624091

Declaração de retificação n.º 592/2016

Por ter sido publicado com algumas inexatidões no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85, de 3 de maio de 2016, o Aviso n.º 5690/2016, procede-se à sua retificação nos seguintes termos:

Onde se lê:

Graduação	Nome	Número mecanográfico	Nota final
188.º	Ana Paula Aguiar Azevedo	40369	15,50
339.º	Maria Goreti Reis Liquito	43728	14,50
482.º	Ana Maria Teixeira de Gouveia Cavaco	31493	13,50
654.º	Ana Maria Teixeira Barreto	23828	12,50
743.º	Ana Maria Teixeira de Morais e Freitas Ferreira	40369	12,00
896.º	Ana Maria Trindade Coelho	23828	11,00
896.º	Rui Jorge Godinho Rodrigues	37979	11,00
1110.º	Ana Maria Vicente Barbosa da Silva	31493	9,50

deve ler-se:

Graduação	Nome	Número mecanográfico	Nota final
188.º	Ana Paula Aguiar Azevedo	31349	15,50
268.º	Maria Goreti Reis Liquito	43728	15,00
482.º	Ana Maria Teixeira de Gouveia Cavaco	41383	13,50
654.º	Ana Maria Teixeira Barreto	36027	12,50
743.º	Ana Maria Teixeira de Morais e Freitas Ferreira	46905	12,00
896.º	Ana Maria Trindade Coelho	34675	11,00
896.º	Rui Jorge Godinho Rodrigues	40639	11,00
1110.º	Ana Maria Vicente Barbosa da Silva	34969	9,50

25 de maio de 2016. — A Diretora de Serviços, *Eva Pinto Jorge*.
209624229

Despacho (extrato) n.º 7536/2016

Por despacho do Diretor-Geral de 13 de maio de 2016:

Cláudia Vanessa Vieira Camacho, escriturária auxiliar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada — autorizada a permuta, por transição, para o Núcleo de Almada da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Alice Amélia Duarte Preto Paulo, técnica de justiça auxiliar do Núcleo de Almada, da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa — autorizada a permuta, por transição, para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada.

Prazo para início de funções: 2 dias

18 de maio de 2016. — A Diretora de Serviços, *Eva Pinto Jorge*.
209625663

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extrato) n.º 7194/2016

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do pedido

de exoneração apresentado pela trabalhadora abaixo identificada, é extinto o respetivo vínculo de emprego público, com efeitos a 19.05.2016:

Paula Cristina da Silva Tão — categoria de escriturário, da carreira de escriturário do mapa de pessoal da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial de Boticas, posicionada no escalão 2, índice 165 (cf. mapa II, anexo ao Decreto-Lei n.º 131/91, de 02.04). (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

19 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209627323

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 7537/2016

Por despacho de 29 de março de 2016 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, foram nomeados, por um período de três anos, em comissão de serviço, nos seguintes cargos na Polícia Judiciária:

Licenciada Berta Leitão dos Santos, especialista superior, nomeada como chefe de área, na Área de Projetos, Inovação e Conhecimento da Unidade de Telecomunicações e Informática da Polícia Judiciária.

Engenheiro Vítor Manuel Lemos Abrantes, especialista superior, nomeado como chefe de área, na Área de Sistemas e Aplicações Informáticas da Unidade de Telecomunicações e Informática da Polícia Judiciária.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de maio de 2016. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

209627178

CULTURA

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 7538/2016

Considerando que a Direção-Geral das Artes tem por missão a coordenação e execução das políticas de apoio às artes, que exigem uma nova estratégia e abordagem, designadamente a ponderação dos pressupostos e prioridades no domínio dos incentivos públicos à criação, produção e difusão das atividades artísticas em toda a sua diversidade, a sua articulação com outras políticas sectoriais e a implementação de novas ferramentas de informação e conhecimento que sejam relevantes para os agentes do setor e permitam alcançar resultados mais eficazes;

Considerando que a Direção-Geral das Artes é um instrumento fundamental no diálogo e cooperação estratégica que deverão existir entre o membro do Governo responsável pela área da Cultura e o setor cultural de iniciativa não-governamental, instância crucial para o desenvolvimento equilibrado da atividade cultural no território nacional;

Considerando que a subdiretora-geral da Direção-Geral das Artes, mestre Joana Margarida Fins Faria, cessou funções, a seu pedido, em 15 de abril de 2016;

Considerando que o investimento numa nova orientação e valorização das diversas áreas de atuação da Direção-Geral das Artes requer uma direção coesa e apta à prossecução da mudança que se pretende implementar;

Considerando que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes pode cessar em virtude da necessidade de imprimir nova orientação à gestão dos serviços, devendo ser assegurada a prévia audição do dirigente sobre as razões invocadas;

Tendo sido ouvido, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, o licenciado Carlos Frederico Pincarrilho de Moura-Carvalho sobre as razões subjacentes à decisão de antecipar a cessação das funções que vem exercendo, em regime de comissão de serviço, e para as quais foi designado através do Despacho n.º 7488/2015, de 29 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 8 de julho de 2015;

Determino:

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 6692/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de maio de 2016, e nos termos da subalínea *iv*), da alínea *e*), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a cessação de funções do licenciado Carlos Frederico